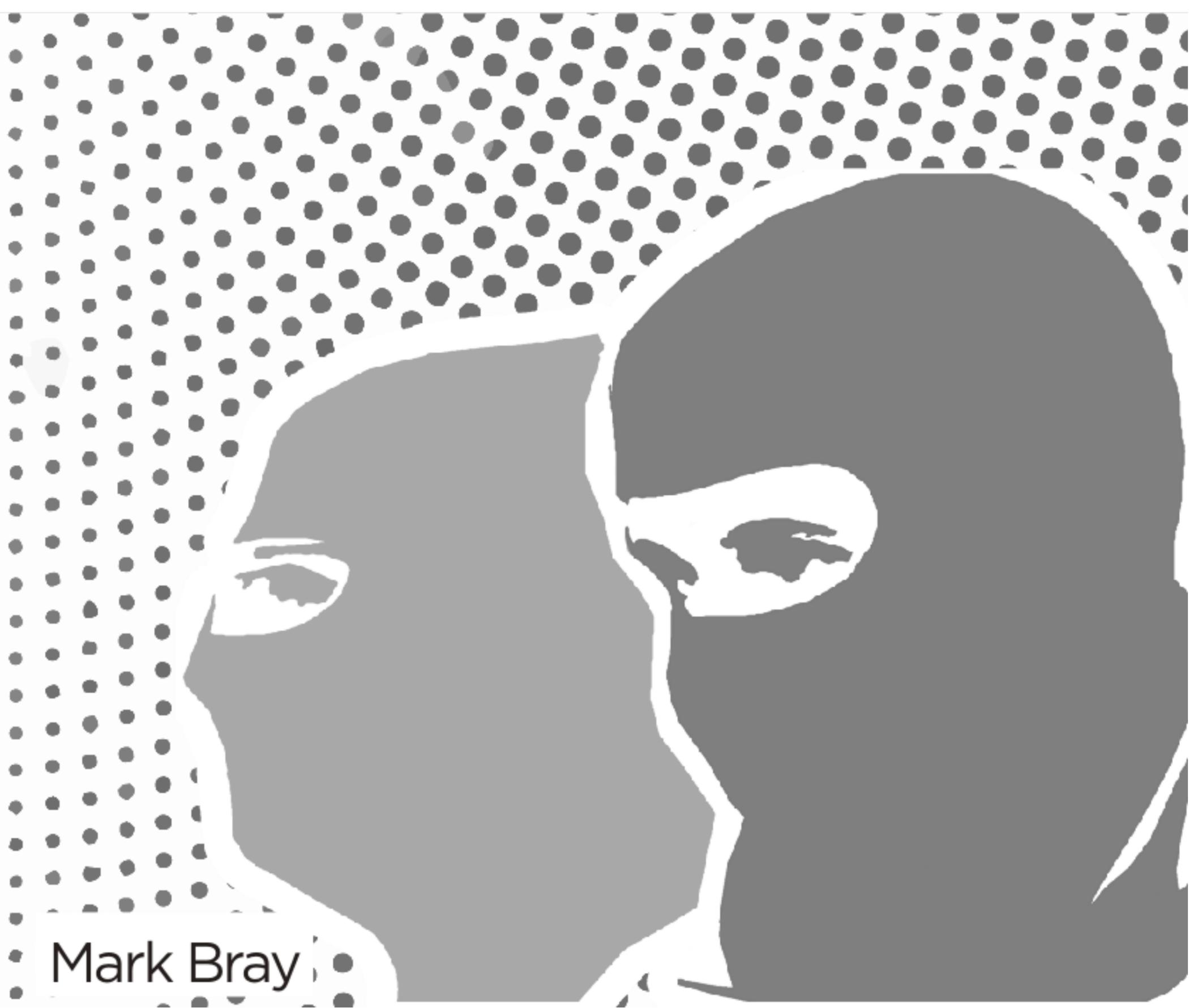


QUEM TEM MEDO DA ESQUERDA TOLERANTE:

*'NENHUM PALANQUE'
E LIBERDADE DE
EXPRESSÃO*

Mark Bray



Quem Tem Medo da Esquerda Tolerante é um dos capítulos do livro *ANTIFA: O Manual Antifascista*, de Mark Bray, lançado em português em 2019.

Para mais publicações e textos para ler, baixar e imprimir, acesse nosso site:

faccasoficticia.noblogs.org

A tradição “sagrada” da liberdade de expressão estava sob ataque. O local de nascimento do Free Speech Movement¹ dos anos 1960 – o campus da Universidade da Califórnia em Berkeley – paradoxalmente foi responsável, meio século depois, por gerar um No Free Speech Movement². O aguerrido Berkeley College Republicans estava cercado, já que primeiro Milo Yiannopoulos e, logo na sequência, Ann Coulter foram proibidos de expressar “suas opiniões” por causa das “malditas crianças”, como descreveu Bill Maher, que faziam o que ele chamou de uma versão “liberal” de queimar livros. Uma horripilante aliança de “bandidos mascarados que chegaram de fora do campus”, “estudantes petulantes” e administradores fracos, como vários especialistas descreveram, transformaram as universidades em “campos de treinamento de propaganda para a próxima geração de Camisas Marrons”. Em outra clara referência nazista, um comentarista da CNN advertiu: “se você não defender a liberdade de Coulter hoje, amanhã alguém virá atrás da sua. E, mais importante, o Iluminismo irá morrer de forma violenta e patética”.³

Os confrontos em Berkeley no início de 2017 trouxeram os “anarquistas mascarados empenhados em causar estragos” conhecidos como Antifas aos holofotes do público.⁴ Apesar da completa falta de conhecimento histórico ou teórico, os especialistas concluíram que o antifascismo é uma ameaça maior à liberdade de expressão do que o próprio fascismo. Mas será mesmo que os antifascistas são inimigos da liberdade

de expressão? Este capítulo é um guia para responder a esta e outras questões controversas relativas à liberdade de expressão e ao antifascismo na Era de Donald Trump. Em última análise, argumento que, embora a ideologia antifascista antiautoritária promova a liberdade de expressão muito mais do que a de seus críticos, inclusive os liberais, o antifascismo militante se recusa a se envolver em debates que sejam baseados nos preceitos do liberalismo clássico que salvaguardam tanto as posições “liberais” como “conservadoras” nos EUA. Ao invés de privilegiar os direitos universais supostamente “neutros”, os antifascistas priorizam o projeto político de destruir o fascismo e proteger os mais vulneráveis, independentemente de suas ações serem consideradas uma violação da liberdade de expressão dos fascistas ou não.

QUÃO LIVRE É A LIBERDADE DE EXPRESSÃO?

Os termos do debate presumem muitas vezes que o antifascismo é a única ameaça a um estado primordial de liberdade de expressão protegido pelo Estado. É imperativo, no entanto, entender que o governo já limita seriamente o que pode ser expresso e quem pode expressá-lo. Certo ou errado, ele colocou uma série de restrições à fala. Ele restringe anúncios falsos, difamação e comerciais de televisão sobre tabaco. Abre espaço para processos por incitamento à violência, protege os direitos autorais e limita quando e onde as imagens pornográficas podem ser exibidas.

Especialmente em tempos de crise, os estadunidenses simpatizam com as restrições de expressões. Isso ficou evidente

após o 11 de setembro, quando metade do país favoreceu a “contenção de imprensa” sobre a cobertura da tortura em Abu Ghraib. Ou no fato de que jornalistas são presos e frequentemente assediados pela polícia durante protestos, como no Occupy Wall Street e #NoDAPL, ou que a Casa Branca de Trump restringe o acesso a repórteres opositores. É por isso que os EUA ficaram em 43º lugar no Ranking Mundial de Liberdade de Imprensa em 2017.5 Os leitores tirarão suas próprias conclusões sobre a sabedoria dessas várias restrições, mas, independentemente disso, elas mostram que o absolutismo da liberdade de expressão, como muitos tipos de direitos absolutos, se mostra impossível em uma sociedade com interesses antagônicos.

Tais conflitos de interesses se materializaram mais claramente na supressão da liberdade de expressão dos movimentos sociais de esquerda pelo Estado, quando estes se tornaram fortes o suficiente para representar uma ameaça. Recentemente, por exemplo, os protestos do Occupy Wall Street e do Black Lives Matter foram brutalmente reprimidos. Historicamente, centenas de radicais nascidos no exterior foram deportados e agitadores antiguerra foram presos e agredidos pela polícia durante o Terror Vermelho de 1917 a 1921. Mais tarde, o macarthismo colocou na lista negra os comunistas e outros radicais. Nas décadas de 1960 e 1970, J. Edgar Hoover e o FBI usaram métodos clandestinos ilegais para acabar violentamente com movimentos sociais no que era conhecido como COINTELPRO (Programa de Contra Inteligência). Os cadáveres de vários membros dos Panteras Negras assassinados mostram como o governo só assume uma posição neutra com relação à liberdade de expressão quando não está se sentindo ameaçado.

Além disso, se tomarmos a liberdade de expressão não apenas em termos legais, como está “incrustada” na Primeira Emenda, mas como um valor humano mais amplo, devemos reconhecer a completa inocência dos prisioneiros em Guantánamo, as restrições à liberdade de expressão dos milhões de prisioneiros do país e do direito ao voto para muitos expressidiários. Tudo isso sem mencionar as restrições ao discurso dos milhões de imigrantes sem documentos no país, a maioria dos quais teme a deportação somente por se expressar, e o grau em que catástrofes colossais como as guerras no Vietnã e no Iraque infringiram no direito à liberdade de expressão e em todos os outros direitos daqueles que foram mortos. Alianças dos EUA com ditadores e apoio a golpes militares no Chile, Argentina, Brasil, Guatemala, Honduras, Haiti, Grécia, Indonésia, Zaire e outros lugares também demonstram como a promoção dos valores da liberdade de expressão está muito abaixo na lista de prioridades do governo.

A Primeira Emenda tem como objetivo a proteção de cidadãos não encarcerados de seu próprio governo, mas não do setor privado. Os direitos de liberdade de expressão, como o direito de protesto, são seriamente restringidos em “locais públicos” de propriedade privada, como shoppings centers ou como ocorreu no Zuccotti Park, durante o Occupy Wall Street. Da mesma forma, as associações de proprietários de imóveis que administram os condomínios têm muito mais espaço para restringir o discurso de seus moradores do que o governo.⁶ Os funcionários corporativos, como os funcionários do governo, estão frequentemente sujeitos a cláusulas de sigilo em seus contratos que os proíbem de compartilhar informações privilegiadas mesmo quando são claramente de interesse público. Na era da informação, o poder das empresas de tecnologia para controlar o alcance e o conteúdo da fala foi aprimorado. Como destaca o historiador Timothy

Garton Ash: “O que o Facebook fez tem um impacto maior do que qualquer coisa que a França faz, e o Google do que a Alemanha”.⁷ No entanto, o impacto das empresas de tecnologia no discurso é apenas a mais recente manifestação da relação entre o direito à fala e o sistema político econômico subjacente.

A liberdade de expressão é frequentemente comparada a um mercado de ideias. Incorporada nessa metáfora está a noção liberal estadunidense de que a chave para combater o “extremismo” é confiar na essência supostamente meritocrática da esfera pública: se todas as pessoas tiverem permissão para dizer, então as boas ideias irão flutuar para o topo enquanto as más afundarão pelo ralo, como se fosse um fórum do Reddit na vida real. O “extremismo” (um termo aparentemente inócuo que os centristas usam para confundir nazistas com anarquistas e jihadistas com comunistas) surge quando esse processo “natural” de troca discursiva é impedido. A conclusão é que aquele que interrompe um orador fascista se aproxima mais do “fascismo” do que alguém que está realmente combatendo o fascismo. Essa metáfora do “mercado de ideias” foi popularizada no início do século passado pelo juiz da Suprema Corte Oliver Wendell Holmes, que argumentou que a verdade poderia ser melhor promovida por meio de um “livre comércio de ideias”.⁸ O estudioso jurídico C. Edwin Baker observou que “a teoria do mercado de ideias domina consistentemente as discussões sobre a liberdade de expressão na Suprema Corte norteamericana”.⁹

De fato, a metáfora do “mercado de ideias” descreve perfeitamente a dinâmica de poder da liberdade de expressão em uma sociedade capitalista, embora não da maneira que seus proponentes pretendiam. Corporações multinacionais que aspiram o controle monopolista do capital e da informação estabelecem os limites gerais em que a grande maioria da humanidade vende seu trabalho e articula sua fala. O mercado de

commodities é inseparável do mercado de ideias, uma vez que as ideias são mercantilizadas junto com tudo que há na sociedade capitalista. Todos os cidadãos não-encarcerados podem literalmente possuir o mesmo direito de fala, mas a capacidade de fazer esse discurso ser ouvido e fazer com que seja importante é altamente estratificada.

Certamente, o contra-argumento é que “livre” não significa necessariamente “igualitário” para o mercado de ideias e commodities. Mas é aí que a questão da meritocracia entra em cena. O conceito de mercado é elogiado por sua capacidade de promover resultados benéficos. Quando aplicado à questão do fascismo, devemos nos perguntar: podemos confiar que o “mercado” de ideias não elevará o fascismo à vanguarda da esfera pública? Essa confiança sustenta a perspectiva dos liberais que concordam com John Milton quando ele argumentou que a sociedade deveria “deixar [a verdade] e a falsidade lutarem; alguém já viu a Verdade sair derrotada em um encontro livre e aberto?”.¹⁰ Infelizmente, porém, a “verdade” não se saiu tão bem na Europa entre guerras. De fato, os horrores dessa época foram tão catastróficos que, para muitos, esmagaram definitivamente o pressuposto modernista do constante progresso da “verdade”, que sustentava as posições otimistas de Milton.

A valer, historicamente, ideias fascistas e fascistóides prosperaram amplamente dentro de um campo de debate aberto. Às vezes, o discurso público tem sido suficiente para esmagar o fascismo. Mas às vezes não – e é por isso que os antifascistas se recusam a depositar suas esperanças para a liberdade e segurança da humanidade em discursos públicos e processos que já demonstraram ser falhos.

OS ANTIFASCISTAS SÃO CONTRA A LIBERDADE DE EXPRESSÃO?

Se o capital e o Estado, na verdade, tornam o discurso muito menos livre do que os especialistas geralmente presumem, é justo comparar o regime de fala existente àquele que a maioria dos antifas defende.

O antifascismo é uma política de esquerda pan-revolucionária aplicada ao combate à extrema-direita. Portanto, várias tradições socialistas coexistem sob esse guarda-chuva. Desde o estabelecimento da ARA e seu crescimento nos anos 90, a maioria dos antifas estadunidenses foram anarquistas ou comunistas antiautoritários. Certamente, alguns foram stalinistas e outros tipos autoritários que apoiaram os esforços da União Soviética e de regimes semelhantes para delinear de forma muito restrita o alcance do discurso aceitável. Desse ponto de vista, “a liberdade de expressão”, tal como é ela, não passa meramente de uma fantasia burguesa indigna de consideração. Como discordo fortemente dessa posição autoritária, que atualmente mantida apenas por uma minoria de antifascistas nos EUA, não farei nenhum esforço para defendê-la. Ao invés disso, observarei que a posição antiautoritária mantida pela maioria dos antifas é, na verdade, muito mais pró-liberdade de expressão do que a apresentada pelos liberais.

A falsa suposição de que os EUA maximizam a liberdade de expressão se sustenta no fato de que esse direito se aplica apenas aos cidadãos não encarcerados. Portanto, milhões de pessoas no país inteiro são privadas dessa liberdade. Em contraste, os antiautoritários buscam abolir as prisões, os Estados e a própria noção de cidadania – eliminando, assim, esse buraco negro de inocência. Eles também pretendem construir uma sociedade sem

classes e pós-capitalista que erradique as profundas discrepâncias em nossa sociedade. Ao não destinar recursos para as prisões, a polícia e os militares, a sociedade pós-capitalista seria capaz de promover mais a educação, as artes e as pesquisas em prol do coletivo. A criação de uma sociedade sem classes eliminaria a maioria dos crimes decorrentes dos antagonismos capitalistas e por isso a Antifa argumenta que os métodos de justiça restaurativa devem substituir a polícia e as prisões na abordagem dos conflitos sociais. Em vez de colaborar com regimes opressivos em todo o mundo, os antiautoritários desejam destruí-los, organizando-se solidariamente com aqueles que estão resistindo ativamente entre as classes populares.

O princípio antiautoritário de autonomia individual e coletiva promove uma visão da diversidade e pluralidade humanas que está em desacordo com a sufocante homogeneidade da cultura do consumo vigente no capitalismo. Se os fascistas começassem a se organizar em tal sociedade, os antifascistas ainda se organizariam para esmagá-los, mas não construiriam prisões maciças para prendê-los, como fez o governo norteamericano a incontáveis presos políticos ao longo das gerações.

Muitos argumentarão que é simplesmente impossível. Entretanto, mesmo que isso fosse verdade, o que está em questão aqui são valores sendo expostos, não a probabilidade de serem efetivados. Os especialistas atacam a Antifa por serem anti-liberdade de expressão. No entanto, mesmo que você concorde que o esmagamento de uma organização fascista seja uma violação à liberdade de expressão, ainda é óbvio que os antifascistas a defendem muito mais frente à sociedade do que os liberais, quantitativa e qualitativamente.

OS ANTIFASCISTAS CONCORDAM ENTRE SI QUE OS FASCISTAS NÃO DEVEM TER “NENHUM PALANQUE”; ELES ESTÃO TENDO SUA LIBERDADE DE EXPRESSÃO SUPRIMIDA?

Alguns concordam e outros não, embora a maioria não se envolva publicamente com o argumento. Quando eu perguntei ao antifascista holandês Job Polak, ele deu de ombros e sorriu dizendo “nós nunca sentimos que não devíamos nos envolver... você tem o direito de falar, mas também tem o direito de calar a boca!”.¹¹

Grande parte da relutância dos antifas em se meter nessa questão decorre de sua rejeição aos termos clássicos do debate liberal, que limitam as questões políticas sobre a expressão pessoal e grupal dentro de um discurso legalista baseado em direitos. Para os liberais, a principal questão é sobre o direito de liberdade de expressão dos fascistas. Para os socialistas revolucionários da Antifa, a questão primordial é a luta política contra o fascismo; dessa perspectiva, os direitos promovidos pelo governo parlamentar capitalista não são dignos de respeito.

No entanto, existem grupos antifas que se esforçam para discutir publicamente a posição de que o antifascismo tem que infringir diretamente na liberdade de expressão dos fascistas. A Rose City Antifa (RCA), por exemplo, aponta que o direito à liberdade de expressão derivado da Constituição “protege os cidadãos da interferência do Estado, e não da crítica do público... nós não temos um aparato estatal poderoso à nossa disposição..., portanto, os conceitos de ‘censura’ e ‘direitos de liberdade de expressão’ não são de modo algum aplicáveis”.¹²

Outro argumento popular que a RCA e outros grupos defendem é que o antifascismo visa a organização fascista e não o

discurso fascista. Em uma linha semelhante, o cofundador da AFA de Leeds, Paul Bowman, argumentou que não permitir “nenhum palanque” é mais uma violação da “liberdade de reunião” dos fascistas do que de sua fala propriamente dita. Kieran, cofundador da ARA e organizador do GDC das Cidades Gêmeas, explicou que usaria abordagens muito diferentes com um colega de trabalho de extrema-direita expondo suas opiniões individuais e com outro que estivesse tentando se organizar. Niccolò, de Milão, fez um comentário semelhante quando disse: “Se os fascistas querem ficar em seus bares gritando e bebendo cerveja como porcos, deixe-os que fiquem, mas não os deixem sair”.

Para Niccolò, no entanto, a questão é menos sobre discurso versus organização do que sobre público versus privado, já que ele também explicou que, “para nós, antifascistas, os fascistas nunca deveriam ser permitidos falar em público. Nunca”.¹³

Outros antifascistas argumentam que a ideia de “nenhum palanque” infringe a liberdade de expressão dos fascistas, mas se justifica pelo fato de serem... fascistas. Um antifascista chamado Gato, que atuou na Midwest ARA nos anos 90, apontou com simplicidade que “não há liberdade de expressão para os fascistas”. O dinamarquês Ramus Preston concordou, dizendo que “toda essa argumentação é uma construção liberal, mas acho que sou contra a liberdade de expressão de grupos fascistas”.¹⁴

Em 1984, o Tomahawk, boletim informativo do SCALP, publicou um ensaio intitulado “Sem liberdade de expressão para o fascista Le Pen”.¹⁵ A Indiana Antifa defende que “discursos que tendem a ferir terceiros nunca deverão ser protegidos”.¹⁶ Em sua declaração de 2006, “Nenhum Palanque para Fascistas”, o Irish Workers Solidarity Movement¹⁷ concordou com a distinção entre expressão organizacional e individual, mas ponderou que “como anarquistas, acreditamos que deveria haver um direito à liberdade de expressão... [esse direito], no entanto, não é

inalienável e existem ocasiões muito limitadas em que [ele] deve ser contido”. Malamas Sotiriou, de Thessaloniki (Grécia), argumentou que o assassinato de Pavlos Fyssas em 2013 tornou a sociedade grega muito mais simpática à noção de supressão da propaganda fascista do Aurora Dourada. No início de 2017, alguns prefeitos gregos até se recusaram a dar as boas-vindas aos parlamentares do Aurora Dourada em suas cidades ou sequer permitiram que eles fizessem discursos públicos. Os antifascistas militantes se opõem ao poder do Estado para suprimir o fascismo por conta de sua política antiestatal e a crença de que qualquer uma dessas medidas rapidamente se voltaria contra a esquerda. No entanto, Sotiriou explicou como as ações desses prefeitos demonstraram que o “movimento antifascista foi capaz de passar a ideia de que não há liberdade de expressão para neonazistas”. Quando perguntei a Yiorgos – um dos organizadores das patrulhas de motocicletas antifascistas – sobre a ideia de liberdade de expressão para os fascistas, ele apenas riu e disse que a noção de “nenhuma liberdade de expressão para os fascistas é muito clara aqui na Grécia... esse tipo de debate é muito norteamericano”. Outra antifascista grega chamada Eliana Kanaveli sorriu e explicou calmamente que o antifascismo pode ser resumido por um ditado popular grego: “se uma mão dói, nós a cortamos fora, não ficamos discutindo a dor”.¹⁸

As perspectivas que os antifascistas sustentam, ou como eles as articulam, variam de acordo com cada contexto nacional. Como a maioria dos países da Europa continental tem leis contra a incitação ao ódio racial ou à negação do Holocausto, impedir a propaganda fascista é uma questão menos controversa. O legado histórico do fascismo e do nazismo era muito mais palpável para as pessoas que haviam crescido sob tais regimes ou que têm parentes que cresceram. Além disso, a cultura política da esquerda europeia está mais inclinada a conceber a luta contra o

fascismo em termos politicamente opostos, impedindo a criação de um precedente para o ataque das liberdades civis individuais.

Pessoalmente, acho muito pouco convincente o argumento de que, ao esmagar a organização fascista, o alcance do seu discurso não será afetado. Assim como é essencial saber distinguir entre o que são comentários isolados individuais e o que é uma organização fascista, é importante lembrar que a organização pressupõe a aceitação de um discurso – muitas vezes literal. Nem todo discurso é organizado e, portanto, os antifascistas não lutam contra a fala em si, mesmo que muito da essência desse tipo de organização seja baseada no discurso. Isso ficaria óbvio se a mesa virasse. Se um movimento fascista se tornasse tão poderoso que fosse capaz de impedir que a esquerda se reunisse em público, e fosse tão ameaçador que a expressão coletiva do anticapitalismo carregasse a ameaça de confronto físico, nós certamente concluiríamos que nossa fala estaria sendo reduzida.

Embora seja verdade que a Primeira Emenda foque em proteger os cidadãos contra o governo, quando as pessoas argumentam que derrubar o pódio de um alto-falante fascista é uma violação à liberdade de expressão, o termo “liberdade de expressão” é normalmente entendido como um valor ético, e não simplesmente como uma proteção constitucional. O liberalismo clássico postula a liberdade de expressão como um princípio central de sua suposta ideologia “neutra”. Portanto, o debate gira em torno da legitimidade do princípio “universal” de que a sociedade não deve limitar os discursos por motivos políticos. Quando entendido como um valor ao invés de uma lei, fica claro que o antifascismo se opõe a esse princípio em sua forma absoluta (ou seja, acredita que todas as restrições de fala estão erradas). Em vez disso, muitos antifascistas apresentam o argumento antiliberal de que “não há liberdade de expressão para os fascistas”. Dito isto, a prioridade maior é a segurança e

bem-estar das populações marginalizadas. Como argumentou o antifascista Joe, do GDC de Raleigh-Durham, “a ideia de que a liberdade de expressão é a coisa mais importante que podemos proteger só pode ser concebida por alguém que pensa que a vida é análoga a uma sala de debates”.¹⁹ Na minha opinião, a ideia de fascistas e “nenhum palanque” infringe contra sua liberdade de discursar em público, mas essa infração é justificada pelo seu papel político na luta contra o fascismo.

Independentemente de como eles se articulam, esses antifascistas valorizam a troca livre e aberta de ideias – eles simplesmente traçam uma linha daqueles que usam essa liberdade para promover o genocídio ou questionar a humanidade das pessoas.

No entanto, é importante notar que a grande maioria das pessoas que se opõem a limitação do discurso por motivos políticos não é feita por quem tem liberdade de expressão como valor absoluto. Todos eles têm suas exceções à regra, seja por obscenidade, incitamento à violência, violação de direitos autorais, censura à imprensa durante a guerra ou restrições para os encarcerados. Se reformularmos os termos do debate levando em consideração essas exceções, podemos observar que muitos liberais apoiam que o discurso de adolescentes de classe trabalhadora portando drogas seja limitado, mas não o de nazistas. Muitos parecem estar bem com o fato de que, ao mesmo tempo em que polícia anula a liberdade de expressão de imigrantes sem documentos perseguidos, ela amplifica a de membros da Ku Klux Klan quando os protege. Eles defendem a restrição dos anúncios de cigarros, mas não a propaganda da supremacia branca.

Todos esses exemplos limitam a fala. A única diferença é que os liberais fingem que suas limitações são apolíticas, enquanto os antifascistas abraçam declaradamente uma rejeição

política ao fascismo. Os antifascistas rejeitam a noção de que a política pode ser reduzida a uma gestão “neutra” de interesses dispersos e atomizados. Eles rompem com o desejo liberal de limitar a questão ao domínio dos direitos individuais, colocando em primeiro plano a luta coletiva contra o fascismo. Quando eles dizem “nunca mais”, eles falam sério e estão dispostos a usar todos os meios necessários para que isso seja garantido.

Na realidade, os critérios liberais de limitação do discurso estão fortemente mergulhados nas difusas lógicas do capitalismo, militarismo, nacionalismo, colonialismo e do racismo institucional de todo o sistema de “justiça” criminal, bem como o de imigração. Toda vez que um ou mais desses fatores limitam a capacidade dos seres humanos de se expressarem, isso é político. Se alguém precisa ser um absolutista para ser considerado “pró-liberdade de expressão”, então 99,9% dos norte-americanos e seus representantes são anti-liberdade de expressão.

Ao invés de reduzir uma discussão complexa à uma distinção maniqueísta qualquer entre facções supostamente “pró” e “anti”, faz muito mais sentido comparar critérios concorrentes para os limites da fala dentro do interesse público. É extremamente falso e impreciso argumentar que os antifascistas são “anti-liberdade de expressão” quando ninguém realmente faz jus ao padrão pelo qual eles são julgados, e a sociedade que os antiautoritários pretendem criar forneceria muito mais oportunidades para muito mais pessoas se expressarem livremente do que o status quo que seus críticos liberais defendem.

E OS “DECLIVES ESCORREGADIOS”?

O argumento do “declive escorregadio” é comumente usado contra a restrição da fala por motivos políticos gerais e contra o antifascismo em particular. Como escreve Kevin Drum, no site

Mother Jones:

“...Sempre que você começar a pensar que essas são boas razões para impedir – violentamente ou não – o convite de alguém para falar, pergunte a si mesmo: quem decide? Porque uma vez que você concede o direito de impedir as pessoas de falar, você concede o direito de alguém tomar essa decisão. E que esse alguém eventualmente pode decidir contra os comunistas. Ou manifestantes antiguerra. Ou gays. Ou socio-biólogos. Ou judeus que defendem Israel. Ou muçulmanos. Eu não quero que ninguém tenha esse poder. Ninguém na esquerda deveria querer isso.²⁰

Então a questão é: onde você define um limite? O argumento se baseia na suposição de que não há nenhum limite não arbitrário a ser traçado – uma vez seguindo esse caminho, o declive é tão escorregadio que inevitavelmente desliza para o “totalitarismo”. Portanto, segundo o argumento, é melhor não traçar linha alguma.

À primeira vista, esse argumento pode parecer particularmente convincente por se tratar do fascismo. Se acadêmicos e ativistas lutam para definir um fenômeno que muitas vezes se ramifica para reunir o apoio dos conservadores e se infiltrar nos círculos de esquerda, então como é possível identificá-lo com clareza suficiente para suprimi-lo sem pôr em risco o discurso não-fascista? Este ponto não é inteiramente sem mérito, mas apesar de alguma divergência na interpretação, os antifascistas geralmente concordam na definição das bases estruturais do fascismo, como o patriarcado, a supremacia branca, o autoritarismo e assim por diante. Na prática, antifascistas comuns arriscando seu bem-estar físico e sua liberdade pessoal para enfrentar os nazistas são quase sempre muito mais versados nas distinções entre os vários tipos de fascismo e suas contrapartes de centro-direita do que a maioria dos especialistas

hipócritas. Além disso, como o antifascismo militante geralmente se desenvolve a partir de orientações defensivas e não ofensivas, os fascistas geralmente desenharam uma linha não-arbitrária de demarcação política contra os antifascistas com suas facas e punhos. Os fascistas sem “nenhum palanque” só correm o risco de se tornarem “gays sem palanque” se você afastar totalmente a tática de sua política – uma das especialidades dos comentaristas liberais.

Mas “quem decide?”, pergunta Kevin Drum em seu artigo, e é uma pergunta justa. Isso pode parecer uma questão inquietante quando avaliada de uma maneira analítica abstrata, separada do contexto e da política. Quando abordados em um contexto histórico, no entanto, os contornos do debate são mais claros. Esforços para negar uma plataforma aos fascistas não emergiram de indivíduos aleatórios, decidindo subitamente que eles “discordavam” dos fascistas e que, portanto, queriam silenciá-los. Em vez disso, eles surgiram da luta histórica, muitas vezes travada na autodefesa de movimentos de esquerda – judeus, não brancos, muçulmanos, queer, trans e outros – para garantir que os fascistas não crescessem o suficiente para assassiná-los. Esse é um produto de gerações de luta transnacional, não um experimento no campo das ideias.

No entanto, mais fundamentalmente, essa questão gira em torno da fonte de legitimidade política. O antifascismo militante desafia o monopólio estatal dessa legitimidade, fazendo uma defesa política da soberania popular a partir de baixo. Ao fazê-lo, não se esquivava de afirmar a justiça da política antifascista. Em vez de aceitar a noção liberal de que todas as “opiniões” políticas são iguais, os antifascistas atacam descaradamente a legitimidade do fascismo e das instituições que o apoiam. Da perspectiva antifascista, a questão não é estabelecer uma linha neutra da

qual a política de direita não poderá atravessar, mas transformar inteiramente a sociedade, derrubando a opressão em todas as suas formas. Para os socialistas revolucionários da Antifa, a pergunta a ser feita é: “Quem vencerá a luta política?”

O fato de as circunstâncias específicas da organização antifascista nunca entrarem nas considerações dos críticos da “liberdade de expressão” demonstra como eles abordam o assunto com base exclusivamente analítica. Se, de acordo com sua filosofia analítica, suprimir a organização da supremacia branca inevitavelmente desliza para a supressão de “todos os quais você discorda”, ou “socio-biólogos”, como Drum sugere, então é lógico que isso deve ter acontecido com bastante frequência na militância antifascista ao longo do século passado. Mas os especialistas liberais nem mesmo consideram fazer uma pesquisa empírica porque sabem muito pouco sobre o que estão falando. Eles abordam a noção de “nenhum palanque para os fascistas” como se fosse uma nova proposta que os radicais malucos decidiram, espontaneamente, sem nenhuma fundamentação histórica anterior.

Se olharmos o histórico do antifascismo, entretanto, emerge um padrão consistente que é tão familiar aos antifascistas que chega a ser irritante: quando a organização fascista local declina, o mesmo acontece com a organização antifascista. Quando o Grupo 43 mandou o fascista Union Movement de Mosley para o esquecimento, eles não voltaram seus olhos para os conservadores e se separaram. Em 2003, Rory McGowan, organizador da ARA, escreveu: “onde não há nenhuma presença visível ou ativa de nazistas, os grupos da ARA caem em um estado de inatividade”.²¹ Quando o SCALP Besançon conseguiu acabar com os programas white power organizados pelos grupos satélites do Blood & Honor, o Radical Korps e o Lyon Bunker Korps e o movimento nazista

local se dissolveram em si mesmos; eles [os antifascistas] não se voltaram para o próximo grupo mais conservador e também se dissolveram. Depois que o fascismo norueguês foi em grande parte reprimido no final dos anos 90, a Antifa do país passou a maior parte do tempo monitorando os fascistas suecos com seus camaradas escandinavos, em vez de passar para a próxima força política mais à direita.

O fato de que a expectativa de vida da maioria dos grupos antifas é determinada pelas atividades de seus inimigos fascistas é tão bem conhecido que isso na verdade se constitui em uma crítica comum de como eles se organizam. Muitos organizadores lamentam a dificuldade de manter a adesão quando a organização fascista local é mínima. Se o antifascismo está prestes a silenciar aqueles que têm “pontos de vista alternativos”, então, nos últimos 100 anos, alguns exemplos tangíveis de grupos antifas que deslizavam por esse declive supostamente escorregadio deveriam ter sido vistos. Em vez disso, o registro histórico aponta na direção oposta. Além disso, embora eu concorde com os militantes antifascistas que o banimento estatal dos nazistas não é o caminho a ser seguido, os países europeus que baniram o ódio racial, o nazismo e a negação do Holocausto, apesar de suas hipocrisias e falhas, não se transformaram em distopias autoritárias. O pressuposto estadunidense de que os limites políticos da fala são totalmente insustentáveis não se confirma pelas evidências.

A alternativa liberal ao antifascismo militante é ter fé no poder do discurso nacional, da polícia e das instituições do governo para impedir a ascensão de um regime fascista. Como nós já estabelecemos, essa fórmula falhou em várias ocasiões notáveis. Dadas as insuficiências documentais do “antifascismo liberal” e o fracasso da estratégia de conciliação aliada que antecedeu a Segunda Guerra Mundial, pode-se argumentar de forma mais

convicente que a permissão que o fascismo se desenvolva e se expanda corre um risco documental de cair no “totalitarismo”. Se não os detivermos quando eles são pequenos, nós os enfrentaremos quando? Quando eles estiverem governando? Precisamos esperar até o dia em que suásticas sejam levantadas em prédios públicos para que possamos nos defender?



**Faixa na marcha antifascista em Madrid
contra o grupo fascista Hogar Social, em maio de 2017.**

[FOTO DO AUTOR]

Vamos também dar um passo atrás e reconhecer que o pior cenário que os críticos liberais temem implica na completa eliminação do fascismo e da organização supremacista. Como essa perspectiva se tornou mais horripilante do que permitir que tais grupos florescessem? Um recente estudo psicológico da Universidade do Kansas concluiu que “o preconceito racial explícito é um indicador favorável na ‘defesa da liberdade de expressão’ de orientação racista... São racistas defendendo racistas”.¹ Essa conclusão não invalida inerentemente o argumento liberal, mas deve nos encorajar a pensar além de seus meros princípios para identificar e considerar os motivos desse racismo subjacente.

Finalmente, vale acrescentar que o antifascismo militante é apenas uma faceta de um projeto revolucionário muito maior. Muitos grupos antifa se organizam não apenas contra o fascismo, mas visam combater todas as formas de opressão como a homofobia, o capitalismo, o patriarcado e assim por diante. Dessa forma, eles veem o fascismo apenas como a versão mais aguda dessas ameaças sistêmicas maiores. Quando conversei com membros do Pavé Brûlant em Bordeaux, eles enfatizaram continuamente que todos os principais partidos políticos na França manifestavam traços fascistas. Eles argumentam que o Front National (FN) serve para distrair a sociedade das características fascistas de outros partidos políticos. Portanto, embora se concentrem em grupos de extrema-direita, o Pavé Brûlant é um dos muitos grupos antifa que visa combater a política fascista onde quer que ela surja, como parte de uma estratégia holística.²

Isso não significa que os grupos antifascistas pretendem necessariamente aplicar as mesmas táticas a segmentos cada vez maiores do cenário político, mas que os antifascistas são, essencialmente, revolucionários. É surreal ver analistas liberais atacarem antifascistas por impedirem o discurso fascista, quando

sua ideologia socialista revolucionária defende a expropriação global da classe dominante capitalista e a destruição (ou captura) de todos os Estados existentes por meio de uma revolta popular internacional que a grande maioria acredita que virá por meio de um violento confronto com as forças do Estado.

Se eles são críticos à plataforma de “nenhum palanque”, espere até que eles ouçam sobre a guerra de classes.

A “VERDADE” NÃO DEVERIA SER CONFRONTADA PELO “ERRO”?

Uma das principais objeções à plataforma de “nenhum palanque” para fascistas ou à restrição de seus discursos, vem do influente filósofo britânico John Stuart Mill, no livro *On Liberty*. Em sua defesa apaixonada pela liberdade de expressão, Mill argumenta que, mesmo quando a opinião reprimida é totalmente falsa, “só não será assimilada como um preconceito, com pouca compreensão ou pouco sentimento de suas bases racionais, pela maior parte dos que a adotam, se aceitar ser, e efetivamente for, vigorosa e ardentemente contestada...”. De acordo com Mill, “a percepção mais clara e a impressão mais viva da verdade [é] produzida por sua colisão com o erro”.

Isso sugeriria, entretanto, apresentar perspectivas pró e antiescravistas, por exemplo, como posições morais legítimas para a sociedade considerar; isso, ao invés de ensinar o Holocausto, a escravidão ou o genocídio de populações indígenas por meio de fontes primárias como proprietários de escravos, nazistas ou colonos, – em um contexto antirracista e anticolonial mais amplo – seria uma maneira pela qual a perspectiva antirracista seria enriquecida e aprofundada, sem reestabelecer a violência do genocídio e da supremacia branca através de uma contestação “vigorosa e séria” da humanidade de povos indígenas, negros ou judeus.

Além disso, apesar das aspirações racionalistas que majoritariamente impulsionaram Mill e seus colegas da época, como aponta ele próprio, o que a maioria das pessoas acredita é sempre “realizado à maneira de um preconceito”. Poucos realmente examinam o pensamento filosófico, político e os fundamentos sociológicos de seus valores mais profundamente sentidos, até mesmo a maioria dos que são muito menos auto reflexivos do que eles imaginam. As normas sociais não são alteradas por meio de um processo racional de análise; elas se transformam gradualmente através da luta contínua no conflito de interesses, que são perpetuamente moldados pela mudança dos fatores econômicos e sociais. Embora eles certamente variem em como o interpretam, o amplo reconhecimento por parte da maioria das pessoas de que “o racismo está enterrado” se desenvolveu a partir de gerações de luta. Hoje, essa noção permeia a sociedade, juntamente com o acordo histórico de que a escravidão e o Holocausto foram graves atrocidades. Idealmente, todos dedicariam uma quantidade significativa de tempo e energia mental para internalizar porque essas tragédias ocorreram e como elas refletem sobre a história. Mas como a maioria das pessoas não se engaja em tal reflexão, o sucesso dos movimentos sociais em estabelecer as linhas de base do sentimento antirracista no “preconceito” passivo da sociedade representa um importante baluarte contra as tentativas da alt-right de mudar o centro de gravidade em direção a preconceitos passivos da supremacia branca. Um antirracismo “passivo” é tudo que os supremacistas brancos querem.

A POLÍTICA DE “NENHUM PALANQUE” PARA FASCISTAS NÃO CORRÓI A LIBERDADE DE EXPRESSÃO DE UMA FORMA QUE FERRE MAIS A ESQUERDA DO QUE A DIREITA?

Se tomada em uma direção legalista para promover a proibição de um discurso desaprovado pelo governo, certamente o faz. Por exemplo, o ato da Ordem Pública Britânica foi usado contra a Frente Nacional (FN), mas também contra a greve dos mineiros de 1984-1985.³ Países europeus, como a Alemanha, têm leis contra o nazismo e a negação do Holocausto, mas também restringem a linguagem revolucionária à esquerda – e é por isso que os antifascistas alemães consideram o poder do Estado um inimigo, não um aliado. Esse é um dos motivos por que eles tentam acabar com a organização fascista por meio da ação direta, em vez de apelar para o Estado.

Em qualquer caso, independente do que a esquerda argumente, o registro histórico é bastante claro que o Estado inventará uma desculpa quando precisar de uma. Quando a esquerda radical ameaça os interesses da elite, a repressão vem e virá – pura e simplesmente. Pode-se argumentar que o antifascismo militante corrói o apoio público à liberdade de expressão, o que reduziria o apoio público à esquerda quando a perseguição começasse. Mas o argumento antifascista não é primariamente sobre a estratégia de “nenhum palanque”; é fundamentalmente entender o fascismo como um inimigo público com o qual não podemos coexistir.

Mesmo esse argumento político é, realmente, apenas um ponto de partida para promover a consciência socialista revolucionária de forma mais ampla. Se o antifascismo está funcionando, então a esquerda está se tornando maior e mais poderosa, o que é a chave para resistir à repressão.

ACABAR COM OS NAZISTAS NÃO FAZ DE VOCÊ MELHOR QUE ELES!

Como os nazistas e os fascistas são historicamente conhecidos por acabarem com os eventos de seus oponentes de esquerda, alguns argumentam que qualquer um que acabe com um evento político, mesmo que esse evento seja nazista, é, portanto, um nazista. Os fascistas também são conhecidos por serem nacionalistas, iniciando guerras e construindo prisões, isso significa que os anarquistas podem acusar os liberais que compartilham essas qualidades de também serem fascistas? É claro que você não pode definir uma ideologia baseada apenas em uma única questão. Apesar do fato de que os liberais endossam infringir a liberdade de expressão muito mais do que a maioria dos antifascistas, eles se imaginam como seus guardiões e, portanto, atacam as políticas antiliberais do antifascismo comparando-as com as políticas antiliberais do fascismo.

Se a sua principal objeção ao nazismo é a supressão das reuniões da oposição, então isso diz mais sobre sua política do que sobre aquelas que você está criticando. Os antifascistas não se opõem ao fascismo porque ele é resumidamente antiliberal, mas porque promove a supremacia branca, o heteropatriarcado, o ultranacionalismo, o autoritarismo e o genocídio.

E OS PRINCÍPIOS ANTIFASCISTAS NAS UNIVERSIDADES?

Desde a década de 1960, ondas de movimentos sociais populares, do movimento pelos direitos civis aos movimentos

gay e lésbico e à mobilização mais recente dos direitos dos transexuais, levaram as universidades a se tornarem mais inclusivas e “diversas”. Embora a maioria dos liberais nos EUA tenha insuflado a noção de “diversidade” com conteúdo político antirracista e anti-sexualista, quando o termo diversidade é entendido como uma abstração apolítica pode ser tomado em direções reacionárias. Por exemplo, na revista Time, o diretor do conservador Young Americans for Liberty⁴ elogiou o avanço da “diversidade” racial e de gênero no ensino superior – porque, argumentou ele, “diversidade de pensamento” entendida como um discurso laissez faire⁵ é um bem social análogo... mesmo que esse discurso tenha a intenção de reverter a “diversidade” racial e de gênero.⁶ Ele usa uma abstração apolítica para minar o conteúdo político que os progressistas tentaram investir ao termo.

Apenas para enfatizar o ponto: apesar das representações mais tradicionais das vitórias de justiça social nos campi universitários, como atualizações apolíticas de nossa modalidade coletiva, cada geração empurrou as administrações docentes para o estabelecimento de departamentos de estudos étnicos, departamentos de estudo de gênero e mulheres, para contratar mais docentes negros e deixar claro que essa luta e os valores que ela promove são inteiramente políticos. Esses avanços não representam uma “neutralidade” perfeita, mas a adoção de certos princípios básicos feministas e antirracistas. À medida que as universidades se viram cada vez mais forçadas a se importar com a diversidade, sua adesão gradual às demandas dos marginalizados se transformou em oportunidades para venderem novas instituições orientadas para o lucro em um novo mercado de pluralismo liberal.

Mas os compromissos institucionais de fornecimento de recursos e apoio a estudantes LGBTQI, ou o estabelecimento de

casas culturais africanas, ou a criação de bolsas para estudantes sem documentados, são totalmente vazios se as mesmas instituições também fornecem espaço para indivíduos ou grupos que não só negam a humanidade dessas populações, mas também estão se organizando ativamente em movimentos para privá-los fisicamente de sua existência. Como uma universidade pode divulgar os recursos de saúde mental que oferece para estudantes trans e depois permitir que Milo Yiannopoulos incite publicamente o ódio contra um estudante transexual?

Se as universidades não alegassem ter valores normativos, não haveria contradição. No entanto, aqueles de nós que passaram anos em campi por todo o país sabemos como o multiculturalismo liberal foi institucionalizado e, talvez mais importante, monetizado. Os administradores não dizem que se importam com os marginalizados quando conversam com os doadores, ao mesmo tempo em que também apoiam o direito dos fanáticos de pregar sobre a inferioridade biológica dessas mesmas pessoas. O vice-reitor da NYU, Ulrich Baer, argumenta com razão que as “proteções à liberdade de expressão” terminam quando “significam que a humanidade de alguém, ou seu direito de participar de discursos políticos como agentes políticos, pode ser livremente atacada, humilhada ou questionada”.⁷ O advogado Noah Schabacker aponta que as universidades têm uma “obrigação legal” de banir palestrantes como Yiannopoulos, a fim de se adequarem aos mandatos do Título VI e do Título IX, que exigem que as escolas eliminem a discriminação com base no gênero e na raça.⁸

Independente de tais questões legais, no entanto, o “direito” de questionar a humanidade dos outros tem consequências. Em 20 de maio de 2017, um estudante supremacista da Universidade de Maryland, que pertencia ao grupo do Facebook “Alt-Reich”, esfaqueou um estudante afro-americano chamado Richard

Collins III. Esse assassinato se seguiu em meio a uma série de propagandas racistas e cartazes em torno do campus após a posse de Donald Trump. Muitos estudantes de Maryland ligaram os pontos entre a “atitude parcimoniosa da administração com os racistas, chamando o discurso de ódio de ‘liberdade de expressão’ e o que aconteceu com Collins de assassinato”.⁹ Lutar contra a violência da supremacia branca nos campi exige que nossos movimentos empurrem as instituições de ensino superior para abraçar aberta e inequivocamente o antirracismo.

Notas:

1: N. do T.: Movimento pela Liberdade de Expressão

2: N. do T.: Movimento Contra a Liberdade de Expressão.

3: Megan McArdle, "Berkeley Once Stood for Free Speech. Now it Rolls Over," BloombergView, 21 de abril de 2017: <https://www.bloomberg.com/view/articles/2017-04-21/berkeley-once-stood-for-free-speechnow-it-rolls-over>.

4: Steve Chapman, "Ann Coulter and the un-free speech movement at Berkeley," Chicago Tribune, 21 de abril de 2017: <http://www.chicagotribune.com/news/opinion/chapman/ct-berkeley-free-speech-ann-coulterperspec-0424-md-20170421-column.html>.

5: John Boaz, ed., Free Speech (Detroit: Thomson Gale, 2006), p. 88, 92, 127; Reporters Without Borders: <https://rsf.org/en/ranking>.

6: Boaz, Free Speech, p. 198.

7: Timothy Garton Ash, Free Speech: Ten Principles for a Connected World (New Haven: Yale University Press, 2016), p. 1.

8: Ibid., p. 75.

9: C. Edwin Baker, Human Liberty and Freedom of Speech (New York: Oxford University Press, 1989), p. 7.

10: Ash, Free Speech, p. 75.

11: Entrevista com Job Polak, março de 2017.

12: <http://rosecityantifa.org/faq/>.

13: Ibid.; Entrevistas com Kieran, Paul Bowman e Niccolò Garufi.

14: Entrevista com Rasmus Preston.

15: Réseau No Pasaran, Scalp, p. 15.

16: Entrevista com a Indiana Antifa.

17: N. do T.: Movimento de Solidariedade dos Trabalhadores Irlandeses.

18: Entrevistas com Gato, Malamas Sotiriou, Yiorgos e Eliana Kaneli; <http://www.wsm.ie/c/no-platform-fascism-anarchism-wsm>.

19: Entrevista com Joe.

20: Kevin Drum, "The Most Important Free Speech Question Is: Who Decides?" Mother Jones, 27 de abril de 2017: <http://www.motherjones.com/kevin-drum/2017/04/most-important-free-s-peech-question-whodecides>.

21: <https://theanarchistlibrary.org/library/rory-mcgowan-claim-no-easy-victories>.

22: <https://news.ku.edu/2017/05/01/research-shows-prejudice-not-principle-oftenunderpins-free-speech-defense-racist>.

23: Entrevista com o Pavé Brûlant.

24: Iain Channing, *The Police and the Expansion of Public Order Law in Britain 1829–2014* (London: Routledge, 2015), p.

25: Jovens Americanos pela Liberdade.

26: NT: Expressão francesa usada para simbolizar o liberalismo econômico, na versão mais pura de capitalismo de que o mercado deve funcionar livremente, sem interferência, taxas nem subsídios, apenas com regulamentos suficientes para proteger os direitos de propriedade.

27: Cliff Maloney, Jr., "Colleges Have no Right to Limit Students' Free Speech," *Time*, 13 de outubro de 2016: <http://time.com/4530197/collegefree-speech-zone/>.

28: <https://www.nytimes.com/2017/04/24/opinion/what-liberal-snowflakes-get-right-about-free-speech.html>.

29: <https://rewire.news/article/2017/05/26/schools-legal-obligation-keep-harasserslike-milo-off-campus/>.

30: Dave Zirin, "A Lynching on the University of Maryland Campus," *The Nation*, 22 de maio de 2017: <https://www.thenation.com/article/lynchinguniversity-maryland-campus/>.



*Quem Tem Medo da Esquerda Tolerante é um dos capítulos do livro **ANTIFA: O Manual Antifascista**, de Mark Bray, lançado em português em 2019. O texto debate a falácia da “liberdade de expressão” que muitos fascistas e membros da extrema-direita usam como escudo para progar ideias que ferem a liberdade e ameaçam a vida de minorias e todos que lutam por um mundo de igualdade.*

